Luta de classes

Nos países do Sul da Europa atingidos pelas políticas da dívida, divididos dos restantes países da União, por terem estados sociais comparativamente mais frágeis e por estarem a ser alvo de políticas intensivas desconhecidas no norte, por terem aderido à moeda única e prescindindo assim de instrumentos de defesa mercantil dos mercados locais, o que não ocorre no Leste da Europa, a indignação da população que perdeu o sentido social da sua vida fez com que invadissem o campo da política – pela primeira vez, a maioria.

Passaram a não confiar na luta económica e profissional a que se dedicaram no passado, centrada em grande medida na ideia de que a escolaridade e as competências simbólicas por ela fornecidas definiriam o destino social de cada um, em função do mérito adquirido com estudo e a confirmar na vida profissional – e com apoios das escolas, num processo conhecido por educação ao longo da vida. Ficou claro que a luta política poderia inibir a qualquer um, independentemente dos méritos, a garantia razoável de uma vida desafogada. Será pois também aí que a luta social terá que ser praticada.

A palavra revolução, tanto tempo usada em associação com as tecnologias, passou a significar o desejo de uma mudança política, como no tempo clássico da luta de classes. Simplesmente, ao contrário desse tempo, as pessoas têm o voto universal nas suas mãos e podem, regular e previsivelmente, escolher quem queiram, entre os partidos concorrentes, para dirigir os destinos do Estado e do país. Ou, de um modo mais abstracto e distante, os destinos do Parlamento Europeu. Além disso podem participar em petições e acções políticas de protesto de vário tipo, com o objectivo de mudar a opinião pública e influenciar as políticas quotidianas.

O sentimento depressivo sente-se, não apenas nos países do Sul da Europa, faz alguns anos. Os salários têm vindo a ser congelados e mesmo retraídos para permitir a manutenção dos níveis de lucros entendidos por convenientes, isto é, sempre a crescer, sem o que a economia pararia. O problema chegou à banca, faz muitos anos, e passou a viver sobretudo da especulação financeira e do apoio dos Estados – aliás como as maiores empresas – segmentando os mercados globais e das empresas de regime (protegidos) e os mercados locais, eventualmente em regime de concorrência, quando não em mercado paralelo (dividido ele próprio em mercados protegidos e não protegidos).

Os ataques políticos à condição dos privilegiados – em geral corpos de funcionários públicos altamente qualificados –, nomeadamente através da implementação de regimes de controlo das respectivas actividades profissionais, foram paulatinamente abatendo a auto-estima profissional e social dos que se encaixavam no perfil desenhado pelas políticas da sociedade do conhecimento que haveria – dizia-se – de concorrer com os EUA pela hegemonia económica global. Os cortes gerais e ilegais de salários em nome da solidariedade social – em cima dos negócios corruptos, as compensações de altos dirigentes em valores incompreensíveis, os astronómicos subsídios aos ricos e aos bancos arautos contra a subsidio dependência e a auto responsabilização – tornaram claro que a ideia dos jogos de soma positiva, mesmo quando fosse mais positiva para uns do que para outros, era negada pela realidade. As contradições entre os que ganham com a situação e os que perdem tornaram-se evidentes. E não só os 25% de pobres na Europa (sem contar com os apoiados pelo Estado social) que passaram a perder. Também quase toda a classe média (99%, como disseram os *Occupy*) está a perder de forma irreversível para muitos anos.

A questão levanta-se, então. De que serve a democracia se a maioria não pára de perder e não há no mercado eleitoral quem com credibilidade anuncie a possibilidade de passar a ganhar sem uma revolução?

Os Indignados pedem “democracia verdadeira”. Mas é sobretudo a indignidade que fica. Como escreveu Axel Honneth (??), é o desrespeito o principal motor da acção emancipatória actual, depois de outras fases históricas centradas noutras questões. Por exemplo, no argumento sobretudo económico de Marx para desconstruir a ideologia burguesa acolhida pela economia política, tornou-se economicismo nas mãos dos políticos operários – Engels explicaria que ele e Marx trabalharam na perspectiva do sucesso da revolução anti-burguesa e descuraram as interpretações que poderiam surgir do seu próprio campo de acção de classe assim a perspectiva de sucesso se desvanecesse. A Escola de Frankfurt tratou de inovar e actualizar a teoria emancipatória explorando os estudos culturais e procurando explicar como a cultura dominante, pelo facto de não ser denunciada e combatida pelos grupos sociais interessados na transformação social, se pode insinuar junto dos oprimidos e desarmá-los de orientações de acção e de vida apropriadas à sua própria libertação. Habermas, seu continuador e referência mais velha, anterior a Honneth, centrou-se na utopia de uma igualdade comunicacional, através da regulação de um mercado livre de troca de ideários, sustentados por critérios democráticos fundados num estado de direito, de modo a potenciar a acção social dos mais desprotegidos. Os resultados práticos são desoladores e sentidos na própria Alemanha – onde trabalham estes académicos. A injustiça é sentida como uma falta de respeito a que será preciso dar resposta de alguma forma. Ou, dito de outra forma, os direitos humanos cuja promoção foi o orgulho da civilização ocidental, como bem notaram os seus adversários jurados, deixou de ser uma orientação respeitada pelos governos dos países ocidentais e passaram a ser directamente violados, sem vergonha, arrependimento ou oportunidade de condenação do estado de direito, extremamente enfraquecido e desprestigiado.

Prioridade à política

Para a classe média, como se costuma dizer para nos referirmos às pessoas cuja vida política é particularmente inativa, o rebatimento da moral pessoal por derrocada da vida económica sem perspectivas de futuro, nem para si mesmos nem para os seus descendentes, torna a acção política uma necessidade existencial. No caso português, as estimativas do que seja a classe média são entre 25% e 50% da população. Havendo ainda, para complicar, dados que apontam no sentido de serem as pessoas mais qualificadas – pertencentes em grande parte a esta classe média – quem mais participa cívica e politicamente. São os trabalhadores portugueses quem se caracteriza por serem politicamente inactivos.

Nos últimos anos, de vez em quando, a sacudir os brandos costumes com que Salazar quis caracterizar o povo português, uma mega manifestação junta pessoas à margem dos partidos e dos sindicatos para manifestarem a sua oposição política ao rumo dos acontecimentos. Mas este não muda. E, por isso, novos partidos, novos movimentos, muitas reuniões e debates ao vivo e na internet, esgotam as capacidades de participação cívica das pessoas muito pouco habituadas a tais andanças. Estimativas calcularam que 10% da população portuguesa tenha saído à rua para se manifestar. Pessoas desorganizadas, trouxeram a família inteira, e ficaram sem saber o que fazer se próprias, naquela multidão satisfeita consigo própria, por umas horas e eventualmente dias. Mas tudo volta ao mesmo, sem mudanças de rumo, a não ser muito paulatinas e misteriosas, conduzidas pelos especialistas europeus, assessorados por organismos internacionais que falharam e continuam a falhar as respectivas receitas de desenvolvimento, auditados por empresas de *rating* ao serviço de quem mais lhes pague, num contexto mediático de propaganda que torna repugnante a experiência de assistir aos noticiários, sempre cheios de casos de corrupção, por um lado, e declarações autistas dos governantes, por outro lado.

Além da vida do dia-a-dia, sem dúvida, a política alternativa entrou na vida de muitos portugueses ao mesmo tempo, sobretudo aqueles que já tinham declarado aos inquéritos disponibilidade para actuar civicamente. Percebe-se isso quando se os observa a repetir os gestos dos políticos profissionais, argumentando, como eles também fazem, que o problema da imoralidade da situação não é social mas sim pessoal. Defeito de algumas, poucas, ovelhas ranhosas que todavia, quais bodes expiatórios (que alguns reclamam ver na prisão), conseguem determinar o destino aparentemente catastrófico mas certamente indigno do rumo dos acontecimentos.

Percebe-se então como a formação escolar extremamente longa de uma parte muito importante da população incorporou nessas pessoas a ideia do valor da especialização (em economia ou em política ou em direito) e da impotência de cada um perante saberes tão elaborados e elevados. Portanto, um governo tecnocrático mas de pessoas não moralmente pervertidas poderia resolver o problema. Portanto, arranjos que permitam o acesso a pessoas sem partido, sem estarem contaminadas por lealdades espúrias, deveria, em princípio, de acordo com os princípios da meritocracia especializada, resolver o problema.

A luta de classes, como quadro de análise da acção social, não ocorre aos activistas. Em grande medida porque a teoria social, em particular a conciliação das teorias das classes sociais e da estratificação social, fundadas a partir dos trabalhos de Karl Marx e do seu arqui-adversário Max Weber, despolitizou essas ideias. Tornando-os inócuas actualmente para alimentar as controvérsias políticas e para explicar a emergência de movimentos sociais inovadores e sem orientações claras, aos olhos do público. A ninguém ainda ocorreu perguntar aos sociólogos, enquanto cientistas, orientações para o futuro, como perguntam aos politólogos ou aos economistas.

Estratégias de encobrimento

 A repugnância das teorias sociais perante as teorias da conspiração merece reflexão e tentativas de explicação. Primeiro, não parece razoável admitir que a existência de conspirações é mera invenção e nunca houve nenhuma conspiração. É certo que elas existem e pode mesmo dizer-se que há gente, como os empresários e os políticos, que vivem a organizar conspirações. Muitos outros humanos também participam em práticas conspirativas, irregularmente, por vingança, por despeito, por activismo cívico ou político, por marginalidade, etc. Porque é que a teoria social haveria de abandonar o campo aos especuladores e aos intriguistas e não desenvolve uma especialidade capaz de observar e tirar conclusões sobre esta característica tão humana (os outros animais também conspiram para caçar, por exemplo, ou para acasalar. Mas não do mesmo modo e amplitude que os humanos o fazem)?

As teorias sociais, é esta a hipótese que quero sustentar, são especialmente sensíveis ao desvendar de certos segredos sociais que sustentam as sociedades modernas.

Quando se aspira a controlar a natureza, como é o caso da civilização ocidental, a partir da ideia de que o Homem foi feito à imagem de Deus e, por isso, está apto a manipular a Terra (e o universo, se tiver oportunidade para tal) para o moldar à sua vontade, são inevitáveis as conspirações capazes de produzir as decisões manipulatórias – em termos de instalação de grandes aparatos industriais, de avançar para a guerra, de usar o poder financeiro para ultrapassar as decisões democráticas dos estados, de discriminar sectores da população, de organizar genocídios, de fazer experiências sociais para ver o resultados do espoletar de armas de guerra ou de planos para submeter povos com orientações políticas tidas por desagradáveis. As ciências sociais, porém, definiram para si próprias, como estratégia de promoção e desenvolvimento, no seio do estado social, separar a discussão política da ciência, na perspectiva aberta por Max Weber a esse respeito. Na política a irracionalidade visceral, na ciência a racionalidade platónica.

Acusar uma hipótese de investigação de ser uma teoria da conspiração significa a) desacreditar na possibilidade de alguma decisão de grupo observada poder ter efeitos desejados, infirmando o desígnio civilizacional – que a outros títulos, sobretudo a nível individual, a teoria social promove – de capacidade humana de manter o destino nas mãos; b) abrir um buraco negro intelectual, através da utilização desse tipo de estigma cognitivo, assinalando perigo de violar o campo reservado à política (no sentido weberiano) e recusando o debate nesse campo; c) marcar uma dualidade social prévia e pressuposta entre os que entram em conspirações, fora do escrutínio das ciências sociais, e os que exercem necessariamente a reflexividade própria das sociedades modernas, susceptível de ser inquirida, apenas no sentido de produzirem escolhas individuais – racionais ou não – sobre o seu futuro potencial em função das suas potencialidades identitárias e económicas.

Alain Touraine bem viu aqui uma falha da teoria social, a que acrescentou a teoria dos movimentos sociais ou teoria da produção da sociedade, reconhecendo haver uma incompatibilidade entre as duas perspectivas: a estática ou de reprodução social e a dinâmica e de produção social. Num tempo em que a ideia de luta de classes começava a tornar-se fora de moda e mesmo estigmatizada – como as teorias da conspiração – na época em que se tornava sensível a derrota da União Soviética face aos EUA, embora ninguém pudesse prever a implosão que a veio concretizar.

As estratégias de encobrimento da história e das práticas sociais, pensando melhor, são uma das características da modernidade. A começar pelo facto de a história localizar a modernidade no período precisamente anterior à Revolução Francesa e a teoria social a localizar imediatamente a seguir, numa descoincidência que merece explicação, porém inexistente nos manuais e na reflexão científica. A classe média antes da Revolução designava coisa semelhante ao terceiro estado (ou o que restava da humanidade fora dos estados ungidos por Deus) de onde acabou por emergir a burguesia, ou melhor os sectores sociais urbanos que se aliaram regularmente com as aristocracias dominantes para prosperarem nos negócios em conjunto e que a certa altura da História do ocidente se encontraram em condições de tomar mais directamente os comandos da política dos estados, sobretudo a partir das políticas da dívida. Remetendo as aristocracias para segunda ordem de poder.

Na verdade, a Revolução fez ideologicamente tábua rasa do que se passou anteriormente e imaginou poder reduzir a selvajaria e barbárie tudo quanto fora a humanidade até então. O novo homem surgido da revolução seria puro (ou, na versão marxista, a caminho de ser puro e de sair da pré-história da humanidade), para o que deveria renegar as suas origens, como ainda hoje alguns novos-ricos ou simples pessoas de classe média fazem em relação aos seus ancestrais camponeses. Hirschman descreve alguns dos modos como esse encobrimento se verificou, nomeadamente relativamente à violência em sociedade e ao modo como a ideologia burguesa simplesmente conseguiu tornar o assunto tabu. O cavalo de batalha de classe que era a invectiva burguesa contra a brutalidade incorporada na educação dos aristocratas, ensinados a viver como guerreiros potenciais e a cuidar dos outros como potenciais inimigos a abater, após a Revolução tornou-se secundário, uma vez as forças armadas sujeitas aos desígnios políticos de construção e defesa dos mercados internacionais.

Aristocracia vítima de encobrimento

O maior encobrimento de todos, qual magia de feira, foi, sem dúvida o da própria aristocracia. Transformadas em classe – num quadro de igualdade formal com os restantes humanos – secundarizadas politicamente ao serviço dos interesses dominantes, as aristocracias não tinham interesse em confrontar-se orgulhosamente, como o fariam anteriormente, com a “paixão democrática dos povos” revolucionários, que passaram a ser intolerantes perante demasiada arrogância e a desrespeitar as regras arbitradas para defender a segregação dos aristocratas. Envergonhados e derrotados, os aristocratas não puderam sequer defender os seus caídos em situações económicas difíceis. Passaram a ser inúteis e abandonados à sua sorte individual, a menos que tivessem alguma utilidade para as classes dominantes, como, por exemplo, manter as instituições a funcionar, como em grande medida já faziam anteriormente.

A aristocracia não sofreu genocídio. Apenas se recobriu e deixou encobrir, numa estratégia de sobrevivência, adaptação e reinvenção em novos moldes, nova moral, novos enquadramentos, novas formas de reservar recursos para se distinguirem do resto da população. Estratégia desenvolvida em aliança seja com a burguesia seja com os populares, sobretudo os funcionários a quem organizavam e davam ordens. São exemplo elevado do poder desta aristocracia os magistrados judiciais e a sua reconhecida autonomia política, evidentemente dentro de uma aliança moderna de poderes de estado, segundo a filosofia de Montesquieu.

A aristocracia operária é outra fracção da aristocracia particularmente próxima dos populares, de quem beneficia da força da ameaça da revolta popular iminente, sobretudo em períodos de divisão do poder. E como todas as outras fracções da aristocracia sempre são acusadas de conciliar com os poderes dominantes, que efectivamente conhecem bem, em vez de se manterem fiéis aos interesses dos populares – que não participam nas negociações e, por isso, acabam por ser atreitos a quaisquer teorias da conspiração. Teorias, como vimos, repugnantes aos ouvidos dos negociadores natos que são os aristocratas.